



APRESENTAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO: "RACISMO AMBIENTAL E RE-EXISTÊNCIA DE TERRITÓRIOS NEGROS EM TODO O MUNDO"

PRESENTATION OF THE THEMATIC NOTEBOOK: "ENVIRONMENTAL RACISM AND THE RE-EXISTENCE OF BLACK TERRITORIES AROUND THE WORLD"

PRESENTACIÓN DEL CUADERNO TEMÁTICO: "RACISMO AMBIENTAL Y LA REEXISTENCIA DE TERRITORIOS NEGROS ALREDEDOR DEL MUNDO"

PRÉSENTATION DU CAHIER THÉMATIQUE : « LE RACISME ENVIRONNEMENTAL ET LA RÉEXISTENCE DES TERRITOIRES NOIR DANS LE MONDE »

*Diosmar M. de Santana Filho¹
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.*

*Sandra Manuel²
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique*

*Nicéa Quintino Amauro³
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG – Brasil.*

Gabriela Leandro Pereira⁴

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador Associado a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Pesquisador IYALETA - Pesquisa, Ciências e Humanidades, coordena a pesquisa "Amazônia Legal Urbana - Análises socioespaciais de Mudanças Climáticas (2020/2022)". E-mail: ptfilho@gmail.com ; ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2792-4206>

² Professora Assistente de Antropologia no Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Doctor of Philosophy (PhD) Anthropology. School of Oriental and African Studies, U. of London. E-mail: s.manuel@kaleidoscopio.co.mz ; timbila_sandra@yahoo.com

³ Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, entre os anos de 2018-2020, editora-chefe da Revista ABPN (2017-2018) e secretária executiva em (2017-2018). Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFU) e no Programa de Pós-Graduação em Química (PPQUI/UFU). É integrante da Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra. E-mail: nicea.ufu@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9595-4656>

⁴ Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Integrante do Grupo



Para as/os confluências da transição humanitária global.

A edição especial do “Caderno Temático Racismo Ambiental e Re-Existência de Territórios Negros em todo o Mundo” dar-se num momento importante de amadurecimento dos debates sobre os impactos do racismo ambiental nos territórios humanos racializados em escala global.

Em 2021, com o advento da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP26), a busca pelo conceito ou definição do que representa o racismo ambiental ganhou força na realidade brasileira, devido a negação de existência do crime no país por representantes do Governo Federal na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Porém, estamos falando de algo que tem origem conceitual no Delta Mississipi - Sul dos EUA, por ativistas e pesquisadores negros estadunidense e que no Brasil, já se passaram vinte anos se contamos a pesquisa e publicação do professor doutor Julio Cesar de Sá da Rocha, na publicação *Direito Ambiental do Trabalho: mudança de paradigma na tutela jurídica à saúde do trabalho* (primeira edição 2002), o autor apresenta a dimensão estadunidense do racismo ambiental como política pública de consequência desproporcional que acontece:

“Prioritariamente, nos estados americanos com maior contingente de pessoas de cor, e evidenciar-se pela aplicação de penalidades administrativa em quantidades inferiores nas comunidades de “negros e mexicanos”. O autor aprofunda as escalas territoriais pela segregação racial, ao revelar que os “benefícios e serviços privilegiam as

de Pesquisa Lugar Comum, no qual coordena o Grupo de Estudos Corpo, Discurso e Território (2017-). Possui doutorado e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - UFBA. Atualmente desenvolve seu estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Espírito Santo, junto ao PPGAU-UFES (2022-). E-mail: gabrielaiaa@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5682-7504>

⁵ PhD, Professora Associada do Departamento de Ciências e Engenharia Ambientais e Diretora do Programa Master of Public Health (MPH) - University of North Carolina. Líder da concentração de Soluções de Saúde Ambiental do programa e co-líder do MPH com concentração de Equidade em Saúde, Justiça Social e Direitos Humanos. E-mail: cgwoods@email.unc.edu e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6904-6451>

comunidades caucasianas mais abastadas, por exemplo, incineradoras de lixo são localizadas sempre áreas ocupadas por minorias” (ROCHA, 2013, p.96).

O resgate epistêmico do conceito na realidade ativista e acadêmica brasileira é importante, devido os processos de apagamento dessa importante obra do Direito Ambiental, que numa pesquisa bibliográfica em território estadunidense deixa claro que o racismo ambiental se conceitua pelo racismo institucional realizado como política pública ambiental ou sanitária, naquela realidade, conforme os registros da *United Church of Christ's Commission for Racial Justice*, em 1987, com as denúncias dos crimes racial.

Essa construção racial do racismo ambiental nos coloca na atualidade em movimento pelo entendimento da definição dos crimes de racismo ambiental nos processos institucionais das políticas públicas e privadas, em atos de licenciamento ambiental de todas as ordens, emissão de outorga hídrica e mineral, criação de parques e reservas ambientais, instalação de infraestruturas urbanas e rodovias, na negação do direito de acesso a terra e ao território urbano e rural, na poluição das águas, dos rios, dos mares, das lagoas, dos córregos, dos igarapés pelo que se conceituou como racismo institucional e nas ações e programas de adaptação e mitigação dos impactos e efeitos das mudanças climáticas:

Nos Estados Unidos já no final da década de 1960 empregaram o conceito de discriminação indireta ou racismo institucional para a promoção de políticas de equidade racial, o conceito, no entanto, surgiu no contexto dos direitos civis e com implementação de políticas afirmativas. Já na Inglaterra, o conceito passa a ser incluído como instrumento para a proposição de políticas públicas na década de 1890, pelo resultado do crescimento da população não-branca e das dificuldades observadas pelo poder judiciário em responder as demandas daquela população (JACCOUD, 2008, p. 145 *apud* SANTANA FILHO, 2011, p. 31-32)

Essa construção epistêmica do racismo institucional se encontra na definição de Julio Rocha e Diosmar Santana Filho (2008), com o artigo “Justiça Ambiental das Águas e Racismo Ambiental⁶”, ao definirem que os crimes de racismo ambiental na realidade brasileira se realizam pela:

Estratificação de pessoas (por raça, etnia, status social e poder) e de lugar (nas cidades, bairros periféricos, áreas rurais, reservas indígenas, terreiros de

⁶ Disponível em:

https://www.academia.edu/40191860/Justi%C3%A7a_Ambiental_das_%C3%81guas_e_Racismo_Ambiental



candomblé, comunidades quilombolas, marisqueiras e pescadores). O próprio ambiente de trabalho aponta para a exposição desproporcional e elevada de determinadas categorias de trabalhadores que se expõem às insalubres condições de trabalho e de segurança (ROCHA, SANTANA-FILHO. 2008, p. 35).

Dessa maneira, no movimento epistêmico nos fortalecemos para alcance das motivações de realizar a edição especial pela Revista da ABPN, tendo origem nas inquietações de pesquisadoras negras estadunidense, brasileira e moçambicana, em pleno ciclo epidêmico da Covid-19 em escala global, se evidenciou o quanto os crimes de motivação racial foram vistos em todos os cantos do mundo, sendo divulgados e denunciados na busca de justiça às vítimas.

A violência policial expôs a grave ameaça que o racismo e o antinegitude infligem às vidas das populações africanas, negras e povos originários (indígenas), principalmente nos continentes africano e americano. Enquanto ativistas dos Movimentos Vidas Negras Importam, acadêmicos, líderes influentes e cidadãos comuns exigem mais segurança pública e medidas de saúde pública para essas populações, a violência lenta do racismo ambiental sancionado pelo Estado persiste inabalável.

Nesse processo vimos as décadas de pesquisas e narrativas comunitárias de crimes ambientais serem denunciadas pela exposição de população negra, latina e povos originários as substâncias tóxicas, submetido ao uso das terras contaminadas ou com falta de serviços e infraestrutura de promoção da saúde onde vivem, trabalham, brincam, aprendem e oram, são sobrecarregadas desproporcionalmente pelo determinante de racial, de cor, gênero e etnia.

Portanto, essa edição especial é inspirada pelo momento atual para abordar o racismo institucional e é impelida pela necessidade de uma perspectiva mais ampla e crítica sobre o que constitui racismo ambiental no espaço global.

Parabenizamos as autoras e autores que aceitaram o chamado e tornaram realidade o **“Caderno Temático Racismo Ambiental e Re-Existência de Territórios Negros em todo o Mundo”**, que está organizado por uma construção de três diálogos: primeiro **“O racismo ambiental diante da escala racial da transição climática”**; o segundo **“Direitos territoriais violados pelo racismo ambiental”** e o terceiro **“O racismo ambiental como criminalização dos territórios do “Outro”**.

Agradecemos imensamente as editoras da Revista da ABPN por nos possibilitar movimentar com apoio e muita dedicação essa obra que agora chega para as leituras,



críticas, socializações, divulgações e esperança de que conseguiremos em breve uma nova edição.

Ubuntu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o braqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: Mario Theodoro (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília - DF: *Ipea*, 2008. cap. 2, p. 50:51.

ROCHA, Julio Cesar de Sá. *Direito ambiental do trabalho: mudanças de paradigma na tutela jurídica à saúde do trabalhador*. 2. ed. São Paulo. *Atlas*, 2013. 300p.

ROCHA, Julio César de Sá. SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. *Justiça Ambiental das Águas e Racismo Ambiental. Série Textos Águas e Ambiente: Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental*. Org.: *Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ*, 2008. p.33-45.

Santana Filho, Diosmar M. de. *A integração da população negra ao Estado Brasileiro e a ex/apropriação dos territórios étnicos no Estado da Bahia*. Monografia Curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador. Salvador: UCSal. *Instituto de Ciências Humanas*, 2011. 79f.